



O MEDITERRÂNEO E O OCEANO ÍNDICO

Espaço geopolítico contínuo marca novo eixo de poder com apoio de Itália e Índia.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**



EÇA DE QUEIROZ MUITO ATUAL

Um homem do século 19 descreveu o mundo em que vivemos hoje.
Por Umberto R. Andrade, **página 2**



FRIO + VINHO + FESTIVALS

Fim de semana abre a temporada de muitos eventos de vinhos.
Por Míriam Aguiar, **página 4**

Valor da bioeconomia fica distante do produtor

A economia baseada na biodiversidade sustentável para o benefício da sociedade gera R\$ 13,5 bilhões (cerca de US\$ 2,45 bilhões) anualmente no Pará, no coração da floresta amazônica, segundo estudo divulgado nesta sexta-feira pela Fundação Amazônia de Pesquisa e Desenvolvimento (Fapesp).

O estudo destaca a liderança da região em cadeias produtivas sustentáveis com produtos locais como o açaí, conhecido como “a superfruta”, além da mandioca e do cacau. A bioeconomia emprega 271.410 pessoas e representa uma folha de pagamento total de R\$ 1,4 bilhão.

O estudo também identificou problemas estruturais, como altos níveis de informalidade na produção de mandioca, bem como a distribuição desigual de renda em algumas cadeias de valor extrativas, especialmente para a castanha da Amazônia, visto que os coletores recebem menos de 3% do valor final do produto.

O Pará, considerado o principal estado brasileiro na bioeconomia amazônica, é também o maior produtor de minério de ferro do país.

O relatório foi elaborado com o apoio da Universidade Federal do Pará, da Universidade Federal do Oeste do Pará e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. O relatório observa que a bioeconomia é impulsionada principalmente pela mandioca, gerando R\$ 6,5 bilhões, seguida pela pesca e aquicultura, com R\$ 2,7 bilhões.

Em seguida, vem o cacau com R\$ 1,7 bilhão, sendo o estado seu principal produtor, enquanto o açaí gera R\$ 1,5 bilhão.

“A Rede de Bioeconomia representa uma resposta estruturada à necessidade urgente de construir um novo paradigma de desenvolvimento para a Amazônia baseado em dados robustos e cientificamente validados”, afirmou o presidente da Fapesp, Marcel Botelho.

A pesquisa também destacou o impacto da crise climática nos municípios amazônicos do Pará, onde secas e incêndios florestais causam perdas na produção de açaí, mandioca e castanha da Amazônia, afetando a segurança alimentar local.

Os pesquisadores apontam que o fortalecimento das cooperativas e a agregação de valor industrial dentro do próprio estado são essenciais.

Petrobras perdeu protagonismo nas reservas de óleo e gás

Participação caiu de 84% para 59% em 1 década

O aumento de reservas de petróleo no Brasil expõe fragilidade na manutenção da segurança e soberania energética nacional, alerta o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep). Em uma década, as reservas provadas de petróleo e gás natural registraram taxa média de crescimento de aproximadamente 3% ao ano. “Em sentido oposto, as reservas provadas da Petrobras recuaram em média de 0,6% ao ano”, compara o Inep.

Os dados são citados no 10º Boletim de Produção e Exploração de Petróleo e Gás, publicação trimestral do Inep, que analisa também nesta edição a produção

de petróleo e gás no Brasil no primeiro trimestre de 2026, com base nos dados publicados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em 2015, as reservas do país somavam cerca de 15,7 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). Em 2025, o volume alcançado foi de 21,1 bilhões de boe. Em sentido distinto, as reservas provadas da Petrobras recuaram de 13,3 bilhões para 12,5 bilhões de boe no mesmo período. Em 2015, a companhia concentrava cerca de 84,4% das reservas brasileiras de petróleo e gás natural. Em 2025, essa participação caiu para 59,3%.

Segundo o Inep, em decorrência das mudanças no regime de

partilha, em 2016, e da redução da participação da Petrobras nos processos licitatórios, houve avanço do controle de multinacionais e empresas privadas sobre recursos estratégicos do país, “aprofundando o processo de desnacionalização e privatização das reservas petrolíferas brasileiras”.

Além disso, a companhia fez redução dos investimentos exploratórios e em recuperação de reservatórios, alienação de ativos em produção e em fase exploratória e ampliou a atuação em consórcios. Isso permitiu que grandes petroleiras internacionais passassem a deter parcelas relevantes dos principais reservatórios do país. **Página 8**



Javier Mamani/Xinhua

Bolívia aprofunda crise e pode caminhar para uma revolução

Morales e sindicatos querem renúncia do presidente

A Bolívia entrou em sua terceira semana consecutiva de bloqueios e protestos nesta sexta-feira, interrompendo o fornecimento de alimentos, combustível e medicamentos, com mais de 50 bloqueios de estradas ativos em 7 dos 9 departamentos (estados) do país, de acordo com relatos da estatal Administração Rodoviária Boliviana.

Os protestos começaram com reivindicações de agricultores, mineiros, professores e operários, mas se transformaram em um desafio mais amplo ao governo do presidente Rodrigo Paz. Grupos

alinhados ao ex-presidente Evo Morales e sindicatos agora pedem a renúncia de Paz e a antecipação das eleições.

Grupos empresariais alertaram que a agitação também está causando um impacto econômico crescente. A Câmara Nacional das Indústrias disse que as perdas ultrapassaram US\$ 600 milhões devido à paralisação do transporte, à interrupção das cadeias de suprimentos e à redução da atividade industrial.

As cidades de La Paz e El Alto se tornaram o epicentro da crise. Grupos de agricultores, associa-

ções de moradores e membros da Central Operária Boliviana (COB) marcharam pelo centro de La Paz em direção às proximidades da Plaza Murillo e da Casa Grande del Pueblo, o que levou a confrontos com policiais, que usaram agentes químicos para dispersar os manifestantes.

A crise se intensificou nos últimos dias após operações policiais e militares mobilizadas na cidade de El Alto, vizinha de La Paz, para desobstruir estradas bloqueadas e garantir a entrada de alimentos e combustível no Palácio do Governo.

STJ limita ação contra personalidade jurídica

A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu (Tema 1.210) neste mês, por 4 votos a 3, que o incidente de descon sideração da personalidade jurídica (IDPJ) requer a efetiva comprovação de abuso por desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Não basta a inexistência de bens penhoráveis ou o encerramento irregular da empresa.

O IDPJ é o mecanismo que permite estender aos sócios as obrigações assumidas pela empresa, transferindo a execução da dívida para as pessoas físicas.

Para especialistas, a decisão é positiva. Marcos Filipe Aleixo de Araújo, especialista em Direito Civil e Digital no Peixoto & Cury Advogados, considera que a tese firmada pelo STJ representa um avanço significativo na proteção da segurança jurídica do ambiente empresarial brasileiro.

“Ao deixar claro que a mera ausência de bens ou o encerramento irregular da sociedade não são suficientes para autorizar a descon sideração da personalidade jurídica, o tribunal reafirma que o instituto do artigo 50 do Código Civil existe para coibir o abuso e não para punir o insucesso” explica o advogado da Peixoto & Cury.

“A responsabilidade limitada é um pilar essencial do direito empresarial, e relativizá-la com base em presunções afastaria investidores e desestimularia a atividade econômica. O STJ acertou ao tratar inadimplência como inadimplência, e fraude como fraude”, diz Araújo.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0503
Dólar Turismo	R\$ 5,2408
Euro	R\$ 5,8649
Iuan	R\$ 0,7354
Ouro (gr)	R\$ 729,15

ÍNDICES

IGP-M	0,52% (março)
	-0,73% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (março) 0,46%
	SP (março) 0,52%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

O Grande Mediterrâneo e o Oceano Índico

Por Edoardo Pacelli

“Hoje, elevamos nossa relação ao nível de uma parceria estratégica especial. Agora, Índia e Itália estão mais próximas do que nunca”, afirmou Meloni em declarações conjuntas à imprensa após a reunião dos primeiros-ministros indiano e italiano, em Roma. Após o encontro, o editorial de Giorgia Meloni e Narendra Modi, publicado simultaneamente no *Corriere della Sera* e no *Times of India*, marca a entrada definitiva do conceito “Indo-Mediterrâneo” na linguagem estratégica institucional. O encontro dos primeiros-ministros indiano e italiano, em Roma, marca

um momento crucial para uma região cuja continuidade geoestratégica é um significativo fator geográfico, cultural e histórico.

O elemento mais significativo não é apenas a referência ao *India-Middle East-Europe Economic Corridor* (Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa – IMEC), agora consolidado como plataforma de conectividade eurasiática, mas que também se apresenta como alternativa à Iniciativa Cinturão e Rota da China, crucial para esta fase histórica de diversificação da cadeia de suprimentos.

Trata-se do fato de Roma e Nova Délhi descreverem, implicitamente, o Grande Mediterrâneo e o Oceano Índico como um espaço

geopolítico contínuo, atravessado pelos mesmos interesses, vulnerabilidades, responsabilidades e oportunidades estratégicas. Eles afirmam isso abertamente quando escrevem que “o Mediterrâneo e o Oceano Índico não podem mais ser considerados esferas separadas”.

Essa passagem destaca a evolução geopolítica dos últimos anos. A invasão da Ucrânia pela Rússia expôs a fragilidade da dependência energética e logística da Europa. A crise do Mar Vermelho, após o ataque do Hamas em 7 de outubro — e a subsequente resposta sangrenta de Israel —, destacou a vulnerabilidade das conexões marítimas entre a Europa e a Ásia. As tensões no Golfo e em tor-

no do Estreito de Ormuz, consequência da guerra dos EUA contra o Irã, demonstraram, ainda mais, como a segurança desse espaço geoestratégico impacta diretamente a segurança e a estabilidade econômica europeia e asiática.

Dessa perspectiva, a orla leste da África também se encaixa perfeitamente nessa lógica. Faz parte do chamado “Mediterrâneo ampliado”, onde a Itália historicamente projetou seus interesses políticos internacionais, mas, ao mesmo tempo, é uma projeção natural — geográfica e geomorfológica — do Oceano Índico. A dinâmica da região está agora firmemente estabelecida entre o Mediterrâneo, a África, o Golfo e o Indo-Pacífico.

Ao mesmo tempo, a competição pelas cadeias de suprimentos (principalmente tecnológicas, mas também infraestruturais, energéticas e estruturais) acelerou a busca por alternativas, diversificação e redundâncias nas redes globais de produção e conectividade. Nesse contexto, a região Indo-Mediterrânea transcende o âmbito da construção teórica e emerge como uma realidade estratégica definida pela continuidade das crises e interdependências.

Para a Itália e a Índia, o IMEC torna-se um componente de uma visão mais ampla. O artigo de opinião citado concentra-se em segurança marítima, infraestrutura energética, inteligência artificial, espaço, resiliência digital e cooperação indus-

trial. Esses temas definem uma agenda estratégica verdadeiramente compartilhada — conforme previsto pela elevação da relação a “Parceria Estratégica Especial”, por Modi e Meloni.

O encontro em Roma formaliza, portanto, algo já evidente no nível geopolítico: a região Indo-Mediterrânea tornou-se um espaço estratégico compartilhado por duas potências que pretendem contribuir para a estabilidade das conexões globais, para a redefinição dos equilíbrios eurasiáticos e, de forma mais ampla, para a governança da ordem internacional.

Edoardo Pacelli

é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista *Italia-miga* e vice-presidente do *Ideus*.

Eça de Queiroz e a Inglaterra que ainda nos observa

Por Umberto R. Andrade

Eu me recuperava de uma forte gripe, dessas que deixam o corpo exausto e a mente perdida entre febre, silêncio e o pensamento em coisas vãs, quando minha mulher se aproximou com um dos volumes da obra de Eça de Queiroz. Sentou-se ao meu lado e começou a ler trechos de *Cartas de Inglaterra*. Entre um gole de chá e outro, fui tomado por uma sensação rara: a de ouvir um homem do século 19 descrevendo, com perturbadora precisão, o mundo em que vivemos hoje. Não era apenas literatura. Havia ali algo próximo da profecia.

Na infância, Eça, Machado de Assis, Luís de Camões, José de Alencar, Castro Alves, Fernando Pessoa e Rachel de Queiroz eram leituras obrigatórias. Mais tarde, até Graciliano Ramos, que parecia excessivamente comunista para leituras dirigidas em escolas militares. Foi somente agora, relendo Eça, que sua dimensão e clarividência aparecem de forma tão intensa.

Escritas entre 1874 e 1888, durante seu período consular na Inglaterra, as crônicas reunidas em *Car-*

tas de Inglaterra observam a sociedade britânica com ironia fina e extraordinário senso histórico. Eça descreve o jornalismo londrino, os costumes burgueses, a política imperial e a transformação da vida moderna sob o domínio da indústria e do lucro.

Admirava a eficiência inglesa, mas percebia os riscos de uma sociedade excessivamente materialista, movida pelo espetáculo político, pela manipulação da opinião pública e pelo isolamento humano em meio às multidões urbanas.

O impressionante é que muitos dos fenômenos identificados por Eça continuam vivos no século 21. Ele antecipou a influência esmagadora da imprensa sobre as massas, o uso político do nacionalismo, a superficialidade e alienação social das grandes cidades. Sua crítica não era apenas literária. Era também uma análise profunda dos mecanismos modernos de poder.

Essa lucidez torna-se ainda mais impressionante quando Eça aborda o chamado “Grande Jogo”, a disputa estratégica entre o Império Britânico e a Rússia pela Ásia Central. Ele percebeu cedo a importân-

cia geopolítica do Afeganistão e compreendeu o erro recorrente das grandes potências ao tratarem povos, culturas e religiões complexas como peças de um tabuleiro imperial. Sua crítica à arrogância britânica, e hoje americana, soa quase profética diante dos fracassos posteriores da União Soviética e dos Estados Unidos naquele território.

Também sobre o Oriente Médio sua visão impressiona. Eça intuía que o enfraquecimento do Império Otomano abriria uma disputa permanente entre potências estrangeiras interessadas em petróleo, rotas comerciais e domínio militar.

Décadas depois, essa lógica apareceria claramente no Acordo Sykes-Picot, firmado antes do fim da Primeira Guerra Mundial. O tratado dividiu antecipadamente os territórios otomanos entre o Reino Unido e a França, redesenhando o Oriente Médio segundo interesses imperiais europeus. A França controlaria áreas ligadas à Síria e ao Líbano; os britânicos ficariam com regiões correspondentes ao Iraque e à Jordânia, além de zonas estratégicas próximas ao Canal de Suez.

Promessas feitas aos árabes de independência foram abandonadas. Quando a Revolução Russa tornou público o acordo secreto, espalhou-se pelo mundo árabe uma profunda sensação de traição. O episódio tornou-se símbolo das fronteiras artificiais impostas pelas potências europeias — “linhas traçadas na areia” — que alimentariam décadas de instabilidade e conflito no Oriente Médio.

Mais de um século depois, a própria Inglaterra descrita por Eça parece novamente mergulhada em ansiedade política. A imprensa britânica acompanha as dificuldades do governo de Keir Starmer, pressionado por derrotas eleitorais locais, divisões internas e rumores constantes sobre uma possível substituição na liderança trabalhista. Ao mesmo tempo, cresce o avanço do Reform UK, liderado por Nigel Farage, expressão do novo populismo nacionalista britânico.

A economia fraca, o desemprego e a imigração ilegal pelo Canal da Mancha dominam manchetes e debates públicos. Londres vive um clima de tensão política e social que Eça provavelmente reconheceria imediatamente.

Nem mesmo a monarquia escapa do desgaste: os desdobramentos internacionais do escândalo envolvendo Jeffrey Epstein continuam atingindo figuras próximas da família real e alimentando a imprensa sensacionalista.

O Brasil observado pela imprensa inglesa também parece encaixar-se no olhar crítico de Eça. O país surge como uma democracia polarizada às vésperas de uma eleição decisiva em 2026. Os jornais britânicos acompanham as pesquisas que apontam vantagem de Luiz Inácio Lula da Silva sobre possíveis herdeiros do bolsonarismo, especialmente Flávio Bolsonaro.

Há grande interesse pelo futuro da direita populista brasileira. O avanço e os escândalos que envolvem a candidatura de Flávio Bolsonaro são tratados como um teste da força da direita populista brasileira. A liderança eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva e o crescente papel diplomático brasileiro em um mundo cada vez mais fragmentado. Questões ambientais, Amazônia, relações com Estados Unidos, China e Europa aparecem como parte de uma nova cen-

tralidade internacional do Brasil.

Talvez resida aí a grandeza de Eça de Queiroz: compreender que a modernidade muda as máquinas, mas não altera profundamente as paixões humanas. Mudam os impérios, os governos e as tecnologias, mas permanecem a ambição, o medo, a propaganda enganosa e a tentativa permanente de transformar política em espetáculo.

Se estivesse hoje entre Londres e Brasília, Eça provavelmente enxergaria o mesmo mundo que descreveu no século 19: sociedades modernas, porém emocionalmente fragmentadas; democracias vibrantes, mas polarizadas; e potências que continuam falando em valores universais enquanto defendem interesses estratégicos muito concretos.

Talvez dissesse, com sua ironia elegante, que o homem moderno continua extraordinariamente avançado em suas máquinas e perigosamente antigo em suas fantasias.

Umberto R. Andrade é oficial-general reformado do Exército e Ph.D. pela Universidade da Califórnia em San Diego.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

A diplomacia do chá

Originário da China e apreciado globalmente, o chá serve como um importante embaixador da cultura chinesa – um sentimento que o presidente Xi Jinping expressa frequentemente. A diplomacia do chá foi abordada por He Fei, em artigo para a agência de notícias Xinhua.

No período de menos de 1 semana, Xi recebeu para tomar chá os presidentes dos EUA, Donald Trump, e da Rússia, Vladimir Putin. Muitos outros líderes estrangeiros participaram das sessões de chá, incluindo o presidente francês Emmanuel Macron e o líder vietnamita Tô Lam. “O chá simboliza hospitalidade e respeito, criando uma atmosfera calma e refinada para o diálogo aberto”, analisa He Fei.

O chá, como uma ponte para o diálogo, ilustra como culturas distintas podem se enriquecer mutuamente por meio de trocas recíprocas. “A China é o berço do chá, enquanto a Grã-Bretanha elevou a cultura do chá da tarde à sua expressão mais refinada”, disse Xi em um discurso proferido em um banquete durante sua visita de Estado à Grã-Bretanha em 2015.

Durante um encontro com Putin à margem da cúpula do Brics de 2024 em Kazan, na Rússia, Xi Jinping relatou as prósperas trocas facilitadas pelo chá ao longo de uma antiga rota comercial. “Há cerca de 400 anos, a Grande Rota do Chá, que ligava os dois países, passava por Kazan, por meio da qual as folhas de chá da região montanhosa de Wuyi, na China, chegavam a muitos lares russos”, lembrou Xi.

“A China prega ‘harmonia na diversidade’”, o que significa “podemos ser diferentes, mas, muito importante, precisamos dialogar – o chá simboliza isso”, disse Gary Sigley, especialista em estudos de países e regiões do Centro de Estudos Australianos da Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim.

Xi defende que as civilizações são iguais e inclusivas. Ele chegou a comparar o chá e a cerveja para ilustrar a coexistência harmoniosa das civilizações oriental e ocidental. “O povo chinês gosta de chá, e os belgas adoram cerveja. Para mim, o apreciador moderado de chá e o apaixonado por cerveja representam duas maneiras de entender a vida e conhecer o mundo, e considero ambas igualmente gratificantes”, disse o presidente da China ao discursar no Colégio da Europa em Bruges, Bélgica, em 2014.

“Seja através do ideal chinês de preservar a harmonia sem uniformidade ou da ênfase ocidental na unidade na diversidade, a chave, como disse Xi, é que todos ‘trabalhem juntos para que todas as flores da civilização humana floresçam juntas’”, conclui He Fei.

Quinta-feira (21) foi comemorado o Dia Internacional do Chá.

Rápidas

Progressismos do Brasil (editora Jandaíra), coletânea organizada pelo Núcleo Ypykuéra de Cidadania e Políticas Públicas, será lançada nesta quarta-feira, 19h, no Hub Peregum, Lago Sul, Brasília. A obra, que conta com prefácios do advogado e ex-secretário Nacional de Justiça Pedro Abramovay e da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) reúne 30 artigos que apresentam caminhos possíveis para a reconstrução democrática brasileira *** A Fipecafi realizará nesta terça-feira, em SP, colóquio de Sustentabilidade e Contabilidade 2026 para discutir os impactos das normas IFRS S1 e S2 (ISSB), com participação de representantes da CVM, Vale, Natura, KPMG e outros *** Hilda Silva Reis, de 97 anos, coautora, que representa a geração silenciosa do livro *Jornada das Gerações II*, projeto idealizado por Gislaire Righi, comemora no dia 28, 19h, o lançamento do 2º volume na Livraria Drummond (SP).

Governo anuncia bloqueio R\$ 22,1 bi do Orçamento de 2026

Cortes serão detalhados no próximo dia 29

O Orçamento de 2026 terá um bloqueio adicional de R\$ 22,1 bilhões de gastos não obrigatórios, informaram nesta sexta-feira os ministérios da Fazenda e do Planejamento. O valor consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento enviado ao Congresso a cada dois meses que orienta a execução do Orçamento.

Com o novo bloqueio, o total de recursos bloqueados chega a R\$ 23,7 bilhões em 2026. Os recursos foram bloqueados para cumprir o limite de gastos do arcabouço fiscal, que prevê crescimento dos gastos até 2,5% acima da inflação para este ano.

Segundo os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, esse bloqueio foi necessário porque o governo terá de abrir crédito para acomodar o crescimento de gastos obrigatórios.

As principais despesas obrigatórias, cujas estimativas aumentaram em relação ao bimestre anterior são as seguintes: Benefício de Prestação Continuada (BPC): +R\$ 14,1 bilhões; benefícios previdenciárias: +R\$ 11,5 bilhões; e demais despesas: +300 milhões.

Em contrapartida, o relatório reduziu a previsão dos gastos com o funcionalismo público: despesas com pessoal e encargos sociais: -R\$ 3,8 bilhões.

Pela segunda vez seguida, o relatório não trouxe previ-

são de contingenciamento, recursos bloqueados temporariamente para cumprir a meta de resultado primário, resultado das contas do governo antes do pagamento da dívida pública.

Segundo os dois ministérios, a projeção de superávit primário neste ano aumentou de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 4,1 bilhões.

O resultado foi possível por causa do bloqueio dos R\$ 22,1 bilhões do Orçamento e da dedução de R\$ 1 bilhão com gastos com saúde, educação e defesa da meta de resultado primário.

Essa conta, no entanto, desconsidera o pagamento de precatórios. Com a inclusão dos precatórios, a previsão de déficit primário

subiu de R\$ 59,8 bilhões para R\$ 60,3 bilhões.

Embora a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 estabeleça meta de superávit primário de R\$ 34,3 bilhões, 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), a equipe econômica considerou o limite inferior de tolerância, que permite déficit zero para este ano. Com o superávit previsto de R\$ 4,1 bilhões, não é necessário contingenciar o Orçamento.

Segundo a Agência Brasil, o bloqueio adicional dos R\$ 22,1 bilhões será detalhado no próximo dia 29, quando o governo publicar um decreto presidencial com os limites de empenho por ministérios e órgãos federais.

Com precatórios, previsão de déficit primário sobe para R\$ 60,3 bilhões

O crescimento de gastos obrigatórios fez a estimativa total de déficit primário para 2026 aumentar de R\$ 59,8 bilhões para R\$ 60,3 bilhões. A previsão consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento, enviado nesta sexta-feira (22) ao Congresso Nacional.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem o pagamento dos juros da dívida pública. A estimativa considera os precatórios, que estão fora da meta fiscal até 2026 após acordo fechado em 2023 com o Supremo Tribunal Federal (STF). Também há alguns gastos com defesa, saúde e educação excluídos por lei da meta.

Ao incluir os precatórios e as despesas fora do arcabouço fiscal, a previsão de gastos excluídos da meta de resultado primário está em R\$ 60,3 bilhões. A estimativa de déficit pri-

mário total impacta diretamente o endividamento do governo.

Ao excluir os precatórios e as exceções do arcabouço fiscal, no entanto, o governo prevê superávit primário de R\$ 4,1 bilhões. O superávit primário representa a economia de gastos do governo para pagar os juros da dívida pública.

Essa previsão de superávit levou o governo a não contingenciar verbas no Orçamento de 2026. Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento bloquearam R\$ 22,1 bilhões. Esse bloqueio é necessário para cumprir os limites de gastos do arcabouço fiscal, mas não está relacionado à meta de resultado primário.

Despesas

O relatório bimestral prevê alta de R\$ 4,4 bilhões nas receitas líquidas em relação ao valor aprovado no Orçamento de 2026. A equipe econômica ainda não incluiu o aumento das estimativas de royalties do petró-

leo, por causa da escalada do preço do petróleo com a guerra no Oriente Médio. A equipe econômica também estima um aumento de R\$ 4,6 bilhões nas despesas totais.

Esse montante foi obtido da seguinte forma: +R\$ 30,1 bilhões de gastos obrigatórios; -R\$ 25,2 bilhões de gastos discricionários (não-obrigatórios, dos quais R\$ 22,1 bilhões vêm do bloqueio.

Em relação aos gastos, os principais fatores que pressionam as despesas foram os seguintes: Benefício de Prestação Continuada (BPC) +R\$ 14,1 bilhões; Benefícios previdenciárias +R\$ 11,5 bilhões; Créditos extraordinários +R\$ 3,5 bilhões; Obrigatórias com controle de fluxo (inclui Bolsa Família) +R\$ 3,4 bilhões; Demais despesas +300 milhões.

Receitas administradas

Do lado das receitas administradas pelo Fisco, que representam os tributos, as

principais variações foram as seguintes: Imposto de Renda +R\$ 10,3 bilhões (influenciado pelo lucro de petroleiras);

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) +R\$ 4,5 bilhões;

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) +R\$ 3,9 bilhões; Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) +R\$ 1,1 bilhão.

Ao considerar as transferências para os estados e municípios, que aumentarão R\$ 16,1 bilhões, a alta total das receitas líquidas ficou em R\$ 4,4 bilhões. Em relação às receitas não-administradas pela Receita Federal, o relatório reduziu a estimativa em R\$ 2,1 bilhões. As principais variações foram as seguintes: Exploração de recursos naturais (royalties) -R\$ 4,6 bilhões, números devem ser revistos para cima com o prolongamento da guerra no Oriente Médio; Dividendos de estatais +R\$ 800 milhões; Outras receitas não-administradas +1,7 bilhão.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444



VINHO ETC.

Miriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com

Frio + Vinho + Festivais

Nesta semana, os ares do inverno chegaram na região Sudeste. No Rio de Janeiro, tivemos uma quarta muito chuvosa, dando início a uma sequência de dias nublados com temperaturas mais baixas do que a média. Nunca se sabe se seguiremos com o clima mais fresco por aqui, até porque o inverno oficialmente se inicia daqui a um mês. Mas o cenário mudou e ficou ainda mais convidativo ao vinho. Não por acaso, alguns eventos abertos ao público já fixaram data nesse período.

Nesta sexta, começa a 13ª edição do Rio Wine & Food Festival, que segue com uma programação extensa até 31 de maio, domingo da próxima semana. Na sexta seguinte, entra em cena o Vinhos de Portugal, outro evento que se tornou anual e que acontece no Rio de 5 a 7 de junho, após a edição paulista, entre 28 e 30 de maio.

Esses grandes eventos acabam se beneficiando uns dos outros, em termos de logística, pois muitos produtores que se deslocam para cá aproveitam a oportunidade para participar de aulas, feiras abertas ao público ou ações focadas na rede de comercialização.

Há também outros eventos mais localizados, que pegam um público segmentado, como o Itaipava Wine Jazz Festival, que acontece de 3 a 7 de junho em Itaipava e une música, vinhos e restaurantes. Como a produção de vinhos vem crescendo no entorno dessa região, é uma boa ocasião para conhecer as novidades da vitivinicultura fluminense, curtindo o clima frio da serra.

E nem só da elite vive o vinho atualmente. Ele está no grande varejo e nas ruas. A rede de supermercados Guanabara modernizou a adega da loja de Niterói e vai promover ali neste final de semana (22 e 23 de maio) o seu primeiro Festival de Vinhos e Queijos. O evento tem entrada gratuita e promete degustações de queijos e vinhos e orientações do sommelier para compras e harmonizações.

Neste final de semana ocorre, ainda, uma feira de artesanato e moda do Circuito Carioca em Ipanema. Desta vez, estará entre os expositores um stand com vendas de vinhos em taças e garrafas. Local: Farme de Amoedo, entre Prudente de Moraes e Visconde de Pirajá.

Como parte da programação do Rio Wine & Food Festival, haverá o Rio Wine Fest no Clube Monte Líbano em dois horários: 13h30 às 17h e 17h30 às 21h. Por R\$ 100, recebe-se uma taça para circular no evento, provando rótulos dos expositores, com opção de compra de vinhos e comidinhas. Domingo, 24 de maio, é dia do Winebus RWFF, ônibus panorâmico de dois andares, que circula pela orla e pontos turísticos com degustações a bordo. Este ano, os passeios contarão com o apoio da ViniPortugal e ocorrem em três horários, com ingressos a R\$ 120.

Durante a semana, acontecem algumas Masterclasses no RWFF, com destaque para Os Melhores do Brasil, uma apresentação dos vinhos premiados na Grande Prova do Brasil 2026, dia 28 de maio, quinta, às 15h no Copacabana Palace, seguida da Feira Trade Show de Vinhos, mais voltada para o circuito profissional carioca.

A edição do Vinhos de Portugal 2026 acontece, como sempre, no Jockey Clube Brasileiro e tem início às 12h do dia 5 de junho, sexta, com os Salões de Degustação. Vale a pena aproveitar a grande feira de rótulos portugueses, com presença de muitos produtores. Este ano são aguardados 80 produtores, com quase 700 rótulos para degustação. São nove sessões de duas horas, e os ingressos já estão à venda a partir de R\$ 170 (lote 1). Paralelamente, acontecerão provas mais temáticas, guiadas por convidados e ainda uma programação aberta na área de convivência, com bate papos, stands interativos e shows musicais à noite.

Confira as programações completas pelos links abaixo:
Rio Wine & Food Festival: [instagram.com/riowineandfoodfestival](https://www.instagram.com/riowineandfoodfestival)

Vinhos de Portugal: [vinhosdeportugal.com.br/2026-home-rio](https://www.vinhosdeportugal.com.br/2026-home-rio)

Itaipava Wine Jazz Festival: [instagram.com/itaipavawinejazzfestival](https://www.instagram.com/itaipavawinejazzfestival)

Circuito Carioca: [instagram.com/feirasdocircuitocarioca](https://www.instagram.com/feirasdocircuitocarioca)

Visite a página de Miriam Aguiar no Instagram e se inscreva em cursos e aulas de vinhos presenciais e online. Instagram: @miriamaguiar.vinhos. Blog: [miriamaguiar.com.br/blog](https://www.miriamaguiar.com.br/blog)

Copa do Mundo acelera compra de TVs premium

Com a aproximação da Copa do Mundo, o mercado de televisores no Brasil projeta crescimento de 15% a 20% nas vendas, segundo a NielsenIQ, e junto com ele cresce um comportamento novo: o consumidor que compra uma TV premium e já contrata proteção no mesmo ato.

Dados da GfK indicam que, em anos de grandes eventos esportivos, o mercado de televisores pode registrar crescimento de dois dígitos no Brasil, impulsionado principalmente pela troca por modelos maiores e mais tecnológicos.

Já levantamento do Instituto QualiBest revela que a Copa aparece espontaneamente entre os temas mais comentados do país, ao lado de assuntos como política e eleições, reforçando o poder do futebol de mobilizar emoções, consumo e comportamento meses antes da competição.

Segundo o estudo, essa antecipação também impacta diretamente a relação dos brasileiros com as marcas. Quando pensam na Copa do Mundo de forma espontânea, os entrevistados citam empresas tradicionalmente ligadas ao torneio, sendo Adidas a mais lembrada,

seguida por Nike e Coca-Cola. Quando estimulados, a associação permanece forte, mas a ordem se altera: Coca-Cola passa a liderar com 75% das menções, seguida por Nike (65%) e Adidas (62%). Na sequência aparecem Itaipava (48%), Visa (46%), Guaraná Antarctica (44%), McDonald's (43%), Mercado Livre (42%), Vivo (41%), entre outras.

Para chegar ao ranking, os entrevistados foram expostos a uma lista de 40 marcas ligadas ao torneio, incluindo patrocinadoras oficiais e empresas com relação direta com a Copa do Mundo de 2026, e indicaram quais associam ao evento.

Para o estudo, esse movimento mostra que o evento começa a influenciar comportamentos muito antes do início oficial das partidas, criando um ambiente favorável para marcas que conseguem se conectar ao imaginário do público.

A pesquisa também indica que o patrocínio ao torneio tem forte impacto na imagem das empresas. Para 94% dos brasileiros, associar uma marca à Copa contribui positivamente para sua reputação. Entre os principais efeitos percebidos, as marcas passam a

ser vistas como modernas (76%), confiáveis (72%) e próximas das pessoas (70%).

Para 73% dos entrevistados aumenta o interesse em conhecer melhor produtos e serviços das marcas, enquanto 66% afirmam que o patrocínio aumenta o desejo de comprar esses produtos e serviços, elevando a intenção de compra para as marcas.

Ainda segundo o estudo, entre os entrevistados, 71% dizem que ações promocionais relacionadas ao evento influenciam suas decisões de consumo. Descontos aparecem como o principal atrativo para 48% dos brasileiros, seguidos por brindes (41%) e sorteios (37%).

Além disso, enquanto acompanham os jogos, 47% dos brasileiros conversam sobre as partidas no WhatsApp, 38% comentam ou acompanham memes nas redes sociais e 30% dizem acompanhar estatísticas e informações em tempo real. Outros 29% afirmam que costumam pedir comida por aplicativos de delivery durante as partidas. Em média, cada brasileiro com acesso à internet realiza 2,6 outras atividades digitais simultaneamente enquanto assiste aos jogos, eviden-

ciando a fragmentação da atenção e o desafio que as marcas terão para se destacar durante o evento.

A televisão aberta continua sendo o principal meio para acompanhar conteúdos sobre a Copa do Mundo de 2026, como notícias e melhores momentos, citada por 72% dos entrevistados. No ambiente digital, o público também pretende acompanhar o torneio por diferentes plataformas, com destaque para o YouTube (49%), Instagram (36%), sites e aplicativos de notícias e placares (23%) e TikTok (17%).

Quando o assunto é assistir aos jogos, a TV Globo aparece como o principal canal citado pelos brasileiros (64%), seguida pela CazéTV (47%), SporTV (33%), SBT (28%), Globo Play (27%), N Sport (14%) e GETV (12%). Os resultados indicam que os brasileiros tendem a combinar diferentes plataformas para acompanhar o torneio.

O levantamento também mostra que a Copa continua sendo vivida principalmente dentro de casa. Cerca de 64% dos brasileiros pretendem assistir aos jogos em casa, enquanto 27% planejam acompanhar as partidas na casa de amigos ou familiares.

Rastreabilidade na indústria pode garantir transparência e confiabilidade

Plataforma OriginsNext, de rastreabilidade, traz benefícios estratégicos e operacionais relevantes para as empresas, disse o gerente sênior da KPMG Brasil, Rodrigo Porto, em entrevista a Andrea Penna, para o Monitor Mercantil.

Quais as vantagens da adoção da rastreabilidade?

Entre os principais pontos, destacam-se a transparência e confiabilidade da cadeia produtiva, permitindo visibilidade ponta a ponta sobre a origem, transformação e destino dos produtos; o atendimento a requisitos regulatórios e ESG, especialmente em

mercados com exigências crescentes (como EUDR e outras normativas internacionais); a mitigação de riscos, incluindo fraude, irregularidades e não conformidades; o ganho de eficiência operacional, com melhor controle logístico e redução de perdas; e a valorização da marca e acesso a mercados premium, ao comprovar práticas sustentáveis e responsáveis.

Quais setores podem ser beneficiados pela plataforma?

A plataforma OriginsNext possui uma abordagem transversal e pode ser aplicada em diversos setores, especialmente aqueles com cadeias produtivas

complexas ou com demandas de compliance e sustentabilidade mais intensas.

Entre os principais, podemos destacar: o agronegócio (soja, café, algodão, pecuária, celulose etc.); a indústria de alimentos e bebidas; o setor florestal e papel & celulose; a mineração e recursos naturais; o setor de moda e bens de consumo, incluindo cadeias com risco socioambiental; e a indústria química e farmacêutica, quando há requisitos de controle de insumos e rastreabilidade de origem.

Existem alguns casos e exemplos de rastreabilidade que possam ser compartilhados?

Sim, existem diversos

exemplos de aplicação, ainda que sem identificação direta dos clientes:

Projetos de rastreabilidade na cadeia da soja, garantindo conformidade com requisitos socioambientais e viabilizando exportações para mercados mais exigentes

Implementações no setor de celulose, com monitoramento da origem da madeira e validação de práticas sustentáveis ao longo da cadeia

Soluções aplicadas na cadeia de proteína animal e couro, com rastreamento desde a origem até a industrialização, apoiando iniciativas de sustentabilidade e certificação.

MULTTV Consultoria e Locações de Equipamentos S.A.					
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)					
Ativos	2025	2024	Passivos	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.346	1.735	Fornecedores	85	147
Adiantamentos	48	14	Obrigações tributárias	56	110
Cientes	251	245	Obrigações trabalhistas e sociais	93	91
Total do ativo circulante	1.645	1.994	Outras obrigações	20	10
Imobilizado	826	1.233	Total do passivo circulante	254	358
Intangível	7.370	6.751	Obrigações tributárias	-	20
Outros créditos	8	8	Total do passivo não circulante	-	20
Total do ativo não circulante	8.204	7.992	Capital social	13.584 (1)	13.584
Total do ativo	9.849	9.986	AFAC	3.336 (2)	3.336
			Prejuízos acumulados	(7.312)	(7.182)
			Prejuízos do exercício	(13)	(130)
			Total do patrimônio líquido	9.595	9.608
			Total do passivo e patrimônio líquido	9.849	9.986
Notas Explicativas					
(1) O capital social é representado por 13.584.000 (12.629.000 em 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 18/12/2023, a AGE de 25 de Maio de 2023 elevou o Capital Social de R\$ 12.629 para R\$ 13.584 com a incorporação de aportes de capital, o qual está registrado em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.					
(2) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores recebidos pela empresa de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACS é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.					
Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)					
	2025	2024		2025	2024
Receita operacional				5.589	4.863
Impostos dedutíveis receita				(399)	(367)
Custos dos serviços prestados				(1.997)	(2.000)
Lucro bruto				3.193	2.496
Despesas administrativas e gerais				(3.271)	(2.589)
Outras despesas e receitas líquidas				-	(11)
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos				(78)	(104)
(Despesas) receitas financeiras líquidas				65	(25)
Resultado antes dos impostos				(13)	(129)
Imposto de renda e contribuição social				-	-
Resultado líquido do exercício				(13)	(129)
Diretoria					
OSMIR HENRIQUE PETRINI					
Diretor - CPF 196.461.208-06					
Paulo Fernando Lopes Bernardo					
Contador - CRCSP 266879/0-2					



EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ELCANO S.A.

CNPJ/MF nº 04.616.210/0001-60

Balancos patrimoniais em 31/12/2025 e 2024 (Em MRS)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	68.815	147.626
Contas a receber	6	602.369	1.226.600
AFRMM a receber	3	82.836	106.285
Impostos a recuperar	7	11.449	8.374
Estoques	9	27.271	29.845
Adiantamentos a fornecedor	10	7.642	6.416
Despesas antecipadas	11	22.091	39.740
Ativo mantido para venda	12	14.389	14.389
		836.862	1.579.275
Não Circulante			
Impostos e contribuições diferidos	8	148.663	196.781
Operações com partes relacionadas	23	423.622	316.333
Depósitos judiciais		5.032	3.537
Investimento		10	10
Imobilizado	13	956.620	1.011.195
Direito de uso	14	215.808	109.104
Intangível	15	10.227	11.395
		1.759.982	1.648.352
		2.596.844	3.227.630

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	16	68.960	51.362
Empréstimos e financiamentos	17	200.976	223.089
Arrendamento financeiro - partes relacionadas	18	58.062	47.927
Impostos e contribuições	19	14.667	14.403
Obrigações e provisões trabalhistas	20	16.304	14.648
Armadores	21	509.657	1.200.909
Provisões diversas	22	36.361	10.280
		904.987	1.562.618
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	510.941	549.039
Arrendamento financeiro - partes relacionadas	18	163.793	96.797
Operações com partes relacionadas	23	575.329	687.031
Impostos e contribuições	19	5.473	6.948
Provisões para contingências	24	6.958	4.956
		1.262.494	1.344.771
Patrimônio Líquido			
Capital Social	25	201.887	201.887
Reserva de lucros		227.476	118.354
Lucros acumulados		—	—
		429.363	320.241
		2.596.844	3.227.630

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2025 e de 2024 (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Empresa de Navegação Elcano S.A. ("Companhia" ou "Elcano"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 22/08/2001 e tem por objetivo principal explorar, com embarcações próprias ou alheias, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de carga em geral; operar terminais portuários, inclusive navegação de apoio portuário; exercer atividades de armazenagem e comercialização de serviços de logística e de mercadorias e administração de embarcações; exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, atinentes às suas atividades. **2. Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards) e adaptadas às normas emanadas pelo Grupo Nossa Terra 21 A. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas na Nota 2.4. A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, total expectativa de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis, referentes ao exercício social findo em 31/12/2025 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 15/05/2026. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (R\$) pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação cambial, líquida". Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio na data das transações ou na data da avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R\$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são atualizados monetariamente na data do balanço pela aplicação do índice de reajuste correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de atualizações monetárias são reconhecidos, em bases correntes, no resultado do exercício. **2.3. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.4. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a) Segmentos operacionais:** A Administração concluiu que o Grupo opera em um único segmento, o segmento de transporte marítimo privado, operando principalmente no Brasil (cabotagem). Portanto, os requisitos de divulgação previstos no Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) não são aplicáveis às demonstrações financeiras da Companhia. **b) Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: **• Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; **• Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao: **• Valor justo por meio do resultado:** quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício; **• Custo amortizado:** passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **c) Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting:** Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças

Demonstrações do resultado em 31/12/2025 e 2024

(Em MRS, exceto quando demonstrado de outra forma)	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	26	3.090.123	4.026.196
Custos dos serviços prestados	27	(2.923.656)	(3.811.016)
Lucro Bruto		166.467	215.180
Receitas/ (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	28	(20.549)	(21.128)
Pessoal e encargos	29	(38.970)	(31.985)
Impostos diversos		(10.160)	(6.239)
Depreciação e amortização		(2.119)	(1.862)
Outras receitas operacionais		(2.321)	(1.059)
		(74.119)	(62.273)
		92.348	152.907

Lucro antes do efeito financeiro			
Resultado financeiro, líquido			
Resultado financeiro líquido	30	(95.333)	(85.382)
Variações cambiais líquidas	30	185.461	(340.201)
		90.128	(425.583)

Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	31	—	—
Diferido	8 e 31	(48.117)	120.325
		(48.117)	120.325
		134.359	(152.351)
		10.161.354	10.161.354
		13,22	(14,99)

Lucro líquido do exercício	2025	2024
Quantidade de ações	10.161.354	10.161.354
Lucro líquido por ações	13,22	(14,99)

Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/2025 e 2024 (Em MRS)

Lucro líquido do exercício	2025	2024
Total do resultado abrangente do exercício	134.359	(152.351)
	134.359	(152.351)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2025 e 2024 (Em MRS)

	Reserva de lucros				Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros		
	Capital Social	AFRMM	Legal	Realizar		
Saldos em 31/12/2023	201.887	253.458	18.928	44.777	—	519.050
Destinação de recursos do AFRMM	—	51.836	—	—	(51.836)	—
Uso reserva AFRMM para absorção de prejuízo	—	(204.187)	—	—	204.187	—
Uso reserva AFRMM para reserva de Lucros	—	(1.681)	—	1.681	—	—
Distribuição de juros sobre capital próprio	—	—	—	(30.313)	—	(30.313)
Dividendos distribuídos	—	—	—	(16.145)	—	(16.145)
Prejuízo do Exercício	—	—	—	—	(152.351)	(152.351)
Saldos em 31/12/2024	201.887	99.426	18.928	—	—	320.241
Lucro líquido do Exercício	—	—	—	—	134.359	134.359
Destinação de recursos do AFRMM	—	54.879	—	—	(54.879)	—
Destinações:						
Constituição Reserva Legal	—	6.718	—	—	(6.718)	—
Dividendos provisionados	—	—	—	—	(25.237)	(25.237)
Constituição de Reserva de Lucros	—	—	—	—	47.525	(47.525)
Saldos em 31/12/2025	201.887	154.305	25.646	47.525	—	429.363

no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Representam saldos bancários, de caixa de bordo de embarcações e ordem de crédito e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, e com liquidez imediata, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que se aproxima de seu valor justo. **e) Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são reconhecidas pelo valor faturado, registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, deduzidos das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, quando aplicáveis. As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros. **f) Estoques:** Os estoques representam os combustíveis a bordo das embarcações. São avaliados pelo método Primeiro a Entrar é o Primeiro a Sair (PEPS), não sendo os seus valores inferiores ao de mercado. **g) Despesas antecipadas:** As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro. **h) Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, "pro rata dia". **i) Ativo não circulante mantido para venda:** Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Os ativos não circulantes e os grupos de alienação são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo, conforme apresentado no CPC 31 - Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo (ou grupo de alienação) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. **j) Imobilizado:** **• Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver. **• Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **• Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas (em anos) para os bens do ativo imobilizado são:

Descrição	Vida útil (anos)
Embarcações	1 a 24
Edifícios	25
Móveis e utensílios	5
Veículos	10
Outros	5 a 10

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. **k) Direito de uso:** O Direito de uso é composto pelo valor presente líquido dos valores a pagar pelo arrendamento financeiro de ativos, objetos do arrendamento, reconhecidos inicialmente em janeiro de 2019, de acordo com a norma IFRS 16/CP 06 (vide nota 4). O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. **l) Intangível:** No ativo intangível são classificados os gastos com aquisição de software e marcas e patentes registradas ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. **m) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **n) Arrendamento financeiro. Arrendatário:** No início de um contrato, o Grupo avalia se esse instrumento contratual é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento quando o Grupo obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período determinado, em

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2025 e 2024 (Em MRS)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	134.359	(272.676)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	162.155	135.607
Pagamento de Juros sobre capital próprio e dividendos	—	(95.926)
Variação cambial sobre contrato de arrendamento	(30.005)	36.290
Baixas líquidas de depreciação e amortização	—	195
Lucro ajustado	266.509	(196.510)
Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais		
Variação no contas a receber	624.231	(643.806)
Variação do AFRMM a receber	23.449	(7.701)
Variação nos impostos a recuperar	(3.075)	550
Variação nos impostos e contribuições diferidos	48.118	(120.325)
Variação nos estoques	2.574	39.819
Variação de adiantamentos concedidos	(1.226)	2.230
Variação nas despesas antecipadas	17.649	(10.043)
Variação nos depósitos judiciais - não circulante	(1.495)	(117)
	710.225	(739.393)

Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais		
Variação de fornecedores	17.598	(24.305)
Variação de impostos e contribuições	(1.211)	116.613
Variação de obrigações trabalhistas e sociais	1.656	650
Variação de armadores	(691.252)	722.884
Variação de provisões diversas	844	1.238
Variação de provisão para contingências	2.002	1.114
	(670.363)	818.194
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	306.371	(117.709)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimento em empresa ligada	—	—
Aquisições de bens do ativo imobilizado e/ou intangível	(49.989)	(51.045)
	(49.989)	(51.045)

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(385.182)	245.034
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(78.811)	127.325
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	147.626	20.301
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	68.815	147.626
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(78.811)	127.325

contrapartida de uma contraprestação. Na data de início do contrato, o Grupo reconhece um ativo referente ao direito de uso de arrendamento e um passivo de arrendamento correspondente em relação a todos os contratos de arrendamento em que é arrendatário, exceto os arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos do arrendamento como uma despesa operacional inerente pelo prazo do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso de arrendamento é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento realizado no momento ou antes da data de início do contrato. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da sua vida útil. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, com base na taxa incremental de captação do Grupo. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle do Grupo. O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício, caso o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero. Os valores reconhecidos no resultado do exercício decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) (IFRS 16) estão apresentados nas notas explicativas nº 27 (Amortização e Depreciação) e nº 30 (Receitas (despesas) financeiras, líquidas). **o) Contas a pagar fornecedores:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia. **p) Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a) Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; e b) provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras



EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ELCANO S.A.

CNPJ/MF nº 04.616.210/0001-60

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Empresa de Navegação Elcano S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa de Navegação Elcano S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa de Navegação Elcano S.A.** em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é

um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

IBDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026.

Patricia Hanzelmann Quinelatto
Contadora CRC 1 RJ 090716-Q3



WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ Nº 33.228.024/0001-51 - NIRE (JUCERJA) Nº 33300031359

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2026

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2026, às 10h00min, na sede da Sociedade, na Praia do Flamengo, nº 200 - 19º andar, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em assembleia presencial, presentes os acionistas representando mais de 90% (noventa por cento) das ações com direito a voto, conforme consignado no Livro de Presença de Acionistas, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A. Por indicação dos presentes, assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti, que convidou para Secretário o Sr. Leandro Cardoso Massa. Constituída a mesa, o Sr. Secretário propôs a dispensa da leitura do anúncio de convocação da Assembleia, publicado no Jornal Monitor Mercantil, nos dias 30 e 31 de março e 01 de abril de 2026, publicado nos seguintes termos: "Pelo presente edital, ficam convocados os acionistas da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará às 10h00min do dia 30 de abril de 2026, de forma presencial, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar, Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Item 1:** Examinar e Votar as contas dos Administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme Relatório da Administração; **Item 2:** Examinar e Votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **Item 3:** Ratificar os Juros sobre Capital Próprio distribuídos no exercício de 2025, no valor total de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões), sendo imputados, integralmente, aos dividendos obrigatórios do mesmo exercício o montante de R\$ 20.740.511,77 (vinte milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e onze reais e setenta e sete centavos) e o saldo de R\$ 4.259.488,23 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos) imputado à Reserva de Garantia para pagamento de Dividendos; **Item 4:** Examinar e Votar a Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como a distribuição de dividendo obrigatório sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2025, no valor de R\$ 20.740.511,77 (vinte milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e onze reais e setenta e sete centavos), que deduzidos os Juros Sobre Capital Próprio imputados no montante de R\$ 20.740.511,77 (vinte milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e onze reais e setenta e sete centavos), não apresenta saldo remanescente; **Item 5:** Fixar em 05 (cinco) o total de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2027; **Item 6:** Fixar em até R\$ R\$ 2.213.828,21 (dois milhões, duzentos e treze mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos) a verba média mensal para remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (se houver), para o período de maio de 2026 a abril de 2027; e **Item 7:** Eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2027. **Informações Gerais:** (a) Nos termos do Artigo 3º da Resolução CVM 70/2022, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), observando o prazo de até 48 horas antes da realização da Assembleia para tal requisição, sendo fundamental para o bom andamento da Assembleia a estrita observação de tal prazo, e recomendada a apresentação do pedido com a maior antecedência possível, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, se for o caso; (b) Nos termos do Artigo 4º da Resolução CVM 70/2022, para a instalação do conselho fiscal em assembleia, o percentual mínimo de participação no capital social votante é de 2% (dois por cento) e não votante é de 1% (um por cento); (c) Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na rede mundial de computadores no website da empresa (www.wlm.com.br) e no website da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, conforme exigidos pela Resolução CVM 81/22, como também, o Boletim de Voto à Distância ("Boletim") onde os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim, obedecendo as regras estabelecidas na Seção III da Resolução CVM 81/22, conforme alterada pela Resolução CVM nº 204/24; (d) Os acionistas deverão se apresentar antes do horário previsto para o início da Assembleia Geral Ordinária e portando os seguintes documentos: **Acionistas Pessoas Físicas:** cópia do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com no máximo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data da Assembleia Geral Ordinária (ou seja, a partir de 24 de abril de 2026); **Acionistas Pessoas Jurídicas:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com no máximo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data da Assembleia Geral Ordinária (ou seja, a partir de 24 de abril de 2026); **Fundos de Investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira

escrituradora e/ou agente de custódia com no máximo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data da Assembleia Geral Ordinária (ou seja, a partir de 24 de abril de 2026). Caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, bem como, se for o caso, aprestrar os atos constitutivos de acionista pessoa jurídica e documentos comprobatórios de regularidade da representação por parte dos signatários das procurações, em estrita observância ao disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76; e (e) Flexibilização das exigências para o exercício do direito de voto à distância da seguinte forma: 1) Dispensando o Acionista de reconhecer firma na procuração ou no Boletim de de Voto à Distância; 2) Dispensando a autenticação do RG, RNE, CNH para Pessoa Física; 3) Dispensando a autenticação dos documentos societários para Pessoa Jurídica; 4) Aceitando o envio dos documentos por e-mail, sem a necessidade de envio das vias originais por correio. **Realização de Assembleia de Forma Presencial - Justificativa.** A Administração da Companhia optou por realizar a Assembleia de forma presencial, na Sede da Companhia, a fim de facilitar o esclarecimento de eventuais dúvidas e a participação ativa dos acionistas quanto aos temas que compõem a ordem do dia. Rio de Janeiro, 27 de março de 2026. Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti - Presidente do Conselho de Administração". Ato contínuo, o Sr. Secretário informou que a Companhia recebeu diretamente de acionistas Boletim de Voto à Distância, bem como registro de votos pelo Depositário Central. Não houve registro de votos por meio do Escriturador. Logo em seguida, propôs a dispensa da leitura do Mapa de Votação Consolidado dos votos preferidos à distância, que foi disponibilizado para consulta dos acionistas presentes, sendo, portanto, dispensada a sua leitura. A seguir, o Sr. Secretário registrou a presença dos representantes dos auditores independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, Sr. Gustavo Adolfo Guimarães Rosseto da Silva e Rafael Liberato Braz e do membro do Conselho Fiscal, Sr. Alvaro Veras do Carmo. Passando às deliberações da Ordem do Dia, com relação aos Itens 1 e 2, o Sr. Secretário informou que o aviso aos acionistas de disponibilização dos documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, foi publicado no Jornal Monitor Mercantil, nos dias 30 e 31 de março e 01 de abril de 2026, bem como esclareceu aos presentes que, por ser do conhecimento geral, era dispensada a leitura do Relatório Anual da Administração, das demonstrações financeiras e notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, publicadas no Jornal Monitor Mercantil no dia 17/04/2026, os quais ficaram à disposição dos interessados pelo prazo de lei, tendo sido os pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal favoráveis à aprovação. Em seguida, o Sr. Secretário colocou em votação a deliberação do **Item 1 da Ordem do Dia**, registrou-se a aprovação das contas dos administradores, bem como as abstenções dos acionistas controladores, Sajuthá Rio Participações S.A., Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti, Wilson Lemos de Moraes Neto e Felipe Lemos de Moraes, em observância à atual interpretação da Comissão de Valores Mobiliários com relação ao impedimento de voto previsto no art. 115, § 1º da Lei 6.404/76, conforme Processo Administrativo Sancionador CVM nº.º RJ 2014/10060; e também a abstenção do acionista Dirceu Luiz Natal. Colocada em votação a deliberação do **Item 2 da Ordem do Dia**, registrou-se a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras, com suas notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, pela totalidade dos acionistas presentes com direito de voto, com registro de abstenção. Logo em seguida, o senhor Presidente submeteu à deliberação o **Item 3 da Ordem do Dia**, que aprovou, pela maioria dos acionistas presentes com direito de voto, com registro de abstenção, a ratificação dos Juros sobre Capital Próprio distribuídos no exercício de 2025, no valor total de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões), sendo imputados, integralmente, aos dividendos obrigatórios do mesmo exercício o montante de R\$ 20.740.511,77 (vinte milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e onze reais e setenta e sete centavos) e o saldo de R\$ 4.259.488,23 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos) imputado à Reserva de Garantia para pagamento de Dividendos; **Item 4 da Ordem do Dia** tendo sido aprovado, pela maioria dos acionistas presentes com direito de voto, com registro de abstenção, a Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como a distribuição de dividendo obrigatório sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2025, no valor de R\$ 20.740.511,77 (vinte milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e onze reais e setenta e sete centavos), que deduzidos os Juros Sobre Capital Próprio imputados no montante de R\$ 20.740.511,77 (vinte milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e onze reais e setenta e sete centavos), não apresenta saldo remanescente. Dando prosseguimento aos trabalhos da Assembleia, o Sr. Secretário submeteu, ainda, à deliberação o **Item 5 da Ordem do Dia**, tendo sido aprovado pela unanimidade dos acionistas com direito de voto, com registro de abstenção, fixar em 05 (cinco) o total de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2027. Seguidamente, passou-se a discussão e votação da deliberação do **Item 6 da Ordem do Dia**, registrando-se a aprovação, pela unanimidade dos acionistas com direito de voto, com registro de abstenção, fixando em até R\$ 2.213.828,21 (dois milhões, duzentos e treze mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos) a verba média mensal para remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (se houver), para o período de maio de 2026 a abril de 2027, ficando a cargo do Conselho de Administração a distribuição dos mencionados valores. Passou-se, então, a votação do **Item 7 da Ordem do Dia**, tendo sido eleitos para membros do Conselho de Administração para o mandato de um (1) ano, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2027, por unanimidade de votos dos acionistas com direito de voto, incluindo a acionista Sajuthá Rio Participações S.A., com registro de abstenção: Conselheiro-Presidente: DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI, brasileiro, solteiro, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade expedida pelo Detran DIC/RJ sob o nº 21.521.151-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 113.336.817-47, residente e domiciliado na Rua Barão de Jaguaripe, 29 - Apto. 301, Ipanema, Rio de Janeiro - RJ; o Conselheiro Vice-Presidente: FELIPE LEMOS DE MORAES, brasileiro, solteiro, engenheiro agrônomo, portador da identidade nº 11.080.383-0,

expedida pelo IFP/RJ, CPF nº 076.197.287-08, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 1, Lote 26, Parque Solar do Agreste, Rio Verde - GO; e, como Conselheiros: CELSO HIROO IENAGA, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da identidade nº 12.855.285-2, da SSP-SP inscrito no CPF sob o nº 072.230.928-74, residente e domiciliado na Av. Magalhães de Castro, 4800, Cj. 191 a 193 (19º andar), São Paulo-SP; FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da identidade nº 10.377.977-3, do IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 748.442.108-15, residente e domiciliado na Av. Lúcio Costa, nº 3.600, Bl. 4, COB. 2, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, e EUGÊNIO RICARDO ARAÚJO COSTA, brasileiro, engenheiro mecânico, portador da identidade nº MG-758.740, da PCMG, inscrito no CPF sob o nº 355.583.006-63, residente e domiciliado na Rua Guaiçui, 435, AP 1001, Coração de Jesus - Belo Horizonte - MG. Por fim, o Sr. Secretário disse que nos Boletins de votos à distância e nos votos encaminhados pelo Depositário Central há acionistas detentores de ações preferenciais que formularam pedidos de instalação de Conselho Fiscal e, tendo sido constada a existência de quantidade de ações preferenciais suficientes para tanto, foi aprovada a instalação do Conselho Fiscal, com a composição de 3 (três) membros e seus respectivos suplentes. Em votação em separado, os acionistas detentores de ações preferenciais, Sr. Dirceu Luiz Natal, Werner Mueller Roger, Sr. Matheus Henrique Nery de Santana, Sr. Sandro Longo, Sr. José Henrique Fleck, Trígono Verbier Master Fundo de Investimentos em Ações e Trígono FlagShip Small Caps Master Fundo de Investimento em Ações, indicaram e elegeram, com registro de abstenção e voto contrário à instalação, como membro efetivo e respectivo suplente do Conselho Fiscal, a Sra. Maria Elvira Lopes Gimenez, brasileira, divorciada, economista, portadora da identidade nº 19.114.234-7, expedida pela SSP/SP, CPF nº 136.012.018-10, residente e domiciliada na Rua Laurindo Feliz da Silva, nº 47, Jardim Esperança, Mairiporã - SP, e seu suplente, o Sr. Jhonny Fernandes de Sousa, brasileiro, solteiro, bacharel em ciências contábeis, portador da identidade nº 41.054.026-2, expedida pela SSP/SP e CPF 349.604.488-81, residente e domiciliado na Avenida Hélio Ribeiro, nº 6914, AP 804, torre 3, Paiguaguás - Cuiabá - MT. Por sua vez, a acionista controladora Sajuthá Rio Participações S.A., indicou e foram eleitos como membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho Fiscal: os Srs. Vitor Rogério da Costa, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Carteira de Identidade OAB/RJ nº 01934736, inscrito no CPF sob o nº 012.622.707-15, residente e domiciliado na Av. Henrique Dumont, 21/ Cob. 01 - Ipanema, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, e seu suplente o Sr. Armando Vilella Fossati Balteiro, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade OAB/RJ nº 03472294, inscrito no CPF/MF sob o n.º 053.259.297-20, com escritório na Avenida Rio Branco 110 - 11º andar - Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e Sr. Alvaro Veras do Carmo, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, contador, portador da identidade 81.362.395-6, expedida pelo Detran DIC-RJ, inscrito no CPF sob o nº 267.676.197-87, residente e domiciliado na Rua Miguel de Frias, 62 Apto 1504 - Icaraí - Niterói - RJ - CEP: 24.220-002, e seu Suplente o Sr. Leonardo de Oliveira Guerra Deotti, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da identidade M8603544, expedida pelo SSP-MG, inscrito no CPF sob o nº 040.171.756-94, residente e domiciliado na rua Goitacazes 323/201 - São Francisco - Niterói - CEP: 24360-350. Todos os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, foram eleitos para um mandato de um (1) ano a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária de 2027. Como nada mais houvesse a ser tratado e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, o Sr. secretário devolveu a palavra ao Sr. Presidente que deu por encerrada a Assembleia às 11h00min, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes fisicamente, sendo considerados também presentes na Assembleia os acionistas que votaram por meio de Boletim de Voto à Distância (Art. 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 47 da Resolução CVM nº 81/2022) encaminhados diretamente à Companhia ou por meio do Depositário Central, conforme abaixo listados. SAJUTHÁ RIO PARTICIPAÇÕES S.A. - Acionista Controlador - p/Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti. Compareceu fisicamente por seu representante legal. DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI - Acionista-Presidente da Assembleia. Compareceu fisicamente. WILSON LEMOS DE MORAES NETO - Acionista. Compareceu fisicamente - Representado por seu procurador Guilherme Raposo Ryder. FELIPE LEMOS DE MORAES - Acionista. Compareceu fisicamente. DIRCEU LUIZ NATAL - Acionista. Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância (Encaminhado à Companhia). Artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 47 da Resolução CVM nº 81/2022. WERNER MUELLER ROGER - Acionista. Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância (Depositário Central). Artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 47 da Resolução CVM nº 81/2022. MATHEUS HENRIQUE NERY DE SANTANA - Acionista. Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância (Depositário Central). Artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 47 da Resolução CVM nº 81/2022. SANDRO LONGO - Acionista. Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância (Depositário Central). Artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 47 da Resolução CVM nº 81/2022. JOSÉ HENRIQUE FLECK - Acionista. Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância (Depositário Central). Artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 47 da Resolução CVM nº 81/2022. RAFAEL KRUEL GAMBARRA - Acionista. Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância (Depositário Central). Artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 47 da Resolução CVM nº 81/2022. VALDECIR NELSON RASS - Acionista. Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância (Depositário Central). Artigo 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 47 da Resolução CVM nº 81/2022. TRÍGONO FLAGSHIP SMALL CAPS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - Acionista. Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância. ART. 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 21-V da Instrução CVM nº 481/2009. TRÍGONO VERBIER MASTER FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - Acionista. Compareceu por meio de Boletim de Voto à Distância. ART. 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404.76 c/c Art. 21-V da Instrução CVM nº 481/2009. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026. Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti - Presidente da Assembleia. Leandro Cardoso Massa - Secretário da Assembleia. JUCERJA nº 7783470 em 20/05/2026.

BESSO RE BRASIL CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA.

CNPJ 19.630.496/0001-05

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

BESSO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, inscrita no CNPJ/MF nº 25.064.359/0001-53, com sede na Rua São José, nº 90, sala 2107, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.010-020, neste ato representada por seu bastante administrador, o Sr. **JOSÉ EDUARDO TEIXEIRA ARIAS**, brasileiro, corretor de resseguros, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº **.538.644-*, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob nº ***.247.507-**, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Gastão Senges, nº 125, apartamento 1201, Barra da Tijuca; e **BESSO INSURANCE GROUP LIMITED**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Inglaterra, com sede em Londres, 8-11 Crescent, EC3N 2LY, UK, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.398.602/0001-77, neste ato representada por seu bastante procurador, o Sr. **JOSÉ EDUARDO TEIXEIRA ARIAS**, acima qualificado; únicas sócias da **BESSO RE BRASIL CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob número 19.630.496/0001-05, com domicílio na Rua São José, nº 90, sala 2107, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.010-020 ("**Sociedade**"), de acordo com a exigência de cancelamento voluntário da licença prevista no Art. 41 da Circular SUSEP nº 700, de 2024, ("**SUSEP**"), vem pela presente: **DECLARAR:** 1. Suas intenções de encerrar as atividades da Sociedade como corretora de resseguros licenciada no Brasil; 2. Que não há restrições que possam afetar a reputação da Sociedade perante seus clientes e a SUSEP; 3. Que não há patrimônio remanescente da Sociedade; 4. Esclarece que, nos termos da regulação brasileira em vigor, eventuais impugnações ao presente comunicado deverão ser comunicadas diretamente à SUSEP, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 730, 9º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, por meio de documento em que os impugnantes estejam devidamente identificados, acompanhado de documentação comprobatória, observando-se que o(s) declarante(s) poderá(ão), nos termos da legislação em vigor, ter direito à vista do respectivo processo. **Nome da Empresa:** BESSO RE BRASIL CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA.; **Endereço e local principal de negócios:** Rua São José, nº 90, sala 2107, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.010-020; **Quadro Social:** BESSO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. (99,99%) e BESSO INSURANCE GROUP LIMITED (0,01%); **Objetivo Corporativo:** (i) Prestação de Serviços de Corretagem de Resseguros e Retrocessões em geral; (ii) Prestação de Serviços técnicos relacionados ao contratação e estruturação de programas de resseguros e gerenciamento de riscos; e (iii) Consultoria Técnica em Contratos de Resseguro; e **Sócia Controladora:** BESSO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. (99,99%).

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

BESSO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. - p. José Eduardo Teixeira Arias - Administrador
BESSO INSURANCE GROUP LIMITED - p.p. José Eduardo Teixeira Arias - Procurador

PAPEL PLANTA ÁRVORES

Papel é feito exclusivamente de árvores cultivadas que sequestram carbono da atmosfera, ajudando a combater as mudanças climáticas!

Ótima notícia para os consumidores de comunicação impressa e embalagens de papel. Compartilhe e recicle!

Apóio:

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE PAPEL E CELULOSE

LOVE PAPER

Associação Nacional de Empresas de Papel e Celulose

Associação Nacional de Empresas de Papel e Celulose

Associação Nacional de Empresas de Papel e Celulose

Associação Nacional de Empresas de Papel e Celulose

IR: isenção até R\$ 5 mil é aprovada por 6 em 10 brasileiros

Pesquisa mostra que mudanças têm apoio amplo da população

Em 2026, o Imposto de Renda passou por mudanças e, em meio a este debate, a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês é a medida de maior aprovação entre os brasileiros, segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, realizada em parceria com a QuestionPro. O levantamento mostra que 85% da população aprova a mudança. O dado indica que propostas com impacto direto no bolso tendem a encontrar maior aderência entre a população.

A isenção para quem ganha até R\$ 5 mil tam-

bém é a mudança mais conhecida, com 77% dos brasileiros afirmando ter tomado conhecimento da medida. O conhecimento, no entanto, varia conforme a renda: entre pessoas das classes AB, 85% conhecem a isenção. Já entre brasileiros das classes DE, o índice cai para 57%.

A pesquisa também mostra que outras mudanças no IR contam com avaliação positiva. A restituição mais rápida, com menos lotes, é aprovada por 83% dos brasileiros. Já os descontos para quem ganha até cerca de R\$ 7.350 e a declaração pré-preenchida, que já vem

com dados prontos, têm 78% de aprovação cada. O apoio também aparece em medidas voltadas à restituição: 74% são favoráveis à prioridade para quem utilizar a declaração pré-preenchida e o Pix. Além da isenção, iniciativas voltadas à simplificação do processo e à possibilidade de retorno mais rápido dos valores também têm boa receptividade entre os contribuintes.

A aprovação à isenção aparece em diferentes campos políticos. Entre eleitores de direita, 88% são favoráveis à medida. Já entre eleitores de esquerda, a aprovação chega a 90%. A

proximidade entre os percentuais mostra que, apesar das diferenças ideológicas, a isenção para rendas de até R\$ 5 mil encontra apoio amplo nos dois grupos.

As diferenças aparecem com mais força nas medidas associadas a controle e tributação: a maior fiscalização por cruzamento de dados é aprovada por 62% dos eleitores de direita e por 84% dos eleitores de esquerda; a tributação sobre ganhos de apostas tem apoio de 55% entre eleitores de direita e de 78% entre eleitores de esquerda; e as novas regras para declarar aluguéis são aprovadas por 48% dos eleitores de

direita e por 72% dos eleitores de esquerda.

As mudanças associadas à fiscalização e à tributação também recebem apoio majoritário. Segundo a pesquisa, 71% dos entrevistados são favoráveis à maior fiscalização por meio do cruzamento de dados, como bancos e apostas. Além disso, 63% aprovam a cobrança de imposto de 15% sobre ganhos de apostadores que tenham recebido acima de R\$ 28.467,20, considerando apenas o valor que ultrapassa esse limite.

Apesar do apoio expressivo às mudanças, a pesquisa mostra que a percepção

sobre seus efeitos ainda é mais dividida. Para 59% dos brasileiros, o equivalente a 97 milhões de pessoas, as alterações aumentam o controle do governo sobre a população. Essa percepção é especialmente mais forte entre eleitores de direita, grupo em que 77% concordam com a afirmação, contra 47% entre eleitores de esquerda. Ao mesmo tempo, 55% dos brasileiros, ou 90 milhões de pessoas, concordam que as mudanças trazem benefícios reais para a população, e 53%, o equivalente a 87 milhões, avaliam que elas tornam o sistema mais justo.

Prazo para entrega da declaração termina dia 29

Falta apenas uma semana para finalizar a entrega da Declaração do Imposto de Renda 2026 e evitar multas, que começam em R\$ 165,74 e podem chegar a 20% do imposto devido. O prazo oficial é até 29 de maio de 2026, às 23h59. O portal Meu Bolso em Dia Febraban (da Federação Brasileira de Bancos) tem um guia gratuito e completo, reunindo orientações práticas, novidades na tabela do IR, checklist de documentos e dicas para evitar a malha fiscal.

Amaury Oliva, diretor de Cidadania Financeira e Relações com o Consumi-

dor da Febraban, reforça a relevância da iniciativa: “O objetivo é facilitar o acesso à informação para que cada contribuinte tenha autonomia e segurança ao declarar seu imposto. Com organização e atenção desde o início, é possível evitar imprevistos, reduzir riscos de cair na malha fina e até otimizar o valor da restituição”, explica.

As principais mudanças para o IR deste ano incluem a ampliação da faixa de isenção para quem recebe até R\$ 3.036 mensais, além de regras específicas para quem realizou operações na bolsa de valores, possui rendimentos no exterior

ou optou por regimes diferenciados. O guia destaca a importância de reunir todos os documentos necessários para a declaração antes de começar, o que inclui extratos bancários e de corretoras, informes de rendimentos, recibos de despesas dedutíveis e documentos de dependentes, incluindo obrigatoriedade do CPF para menores.

Além de detalhar quem precisa declarar, o material explica como preencher corretamente as fichas no site, programa ou aplicativo oficial da Receita Federal, as vantagens de optar pela declaração simplificada ou completa

e as principais deduções permitidas, como saúde, educação e previdência. O guia também esclarece dúvidas frequentes de Microempreendedores Individuais (MEI) sobre obrigatoriedade e limites de isenção, e orienta sobre a possibilidade de destinar parte do imposto devido a fundos sociais diretamente na declaração. Para acessar gratuitamente o guia, basta visitar o portal Meu Bolso em Dia e conferir todas as orientações sobre a Declaração do Imposto de Renda 2026 (<https://meubolsoemdia.com.br/Materias/guia-declaracao-imposto-de-renda>).

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0001-59

Aviso de Leilão: APLBP21-26. Data: 11 DE JUNHO de 2026, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico www.aplleiloes.com.br. **Leilão Oficial:** Geilson Almeida, matrícula 287 da JUCERJA. **Objeto:** leilão de Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.). A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAI, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico www.aplleiloes.com.br

Aviso de Leilão: APLBP22-26. Data: 16 DE JUNHO de 2026, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico www.aplleiloes.com.br. **Leilão Oficial:** Alexandre Pereira da Costa, matrícula 103 da JUCERJA. **Objeto:** leilão de Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.). A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAI, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico www.aplleiloes.com.br

Aviso de Leilão: APLBPSUCATAS10-26. Data: 18 de JUNHO de 2026, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico www.aplleiloes.com.br. **Leilão Oficial:** Alexandre Pereira da Costa, matrícula 103 da JUCERJA. **Objeto:** Sucatas inservíveis não identificadas. A Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAI, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de sucatas inservíveis, não retirados e/ou removidos por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram nos Pátios terceirizados da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto aos pátios, relacionados no edital de leilão, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico www.aplleiloes.com.br

CONDOMÍNIO BARRA SUNDAY
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Atendendo determinação da Sra. Síndica, vimos pelo presente, convocar os (as) Senhores (as) Condôminos (as) para comparecerem na **Assembleia Geral Extraordinária do Condomínio Barra Sunday, que será realizada no próprio condomínio, no próximo dia 27 de maio do ano de 2026 – quarta-feira, às 19h** em primeira convocação com o “quórum” legal, ou às **19:30h** em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Deliberação e aprovação de alteração do plano de saúde dos funcionários; 2. Deliberação da proposta apresentada para o Salão de Beleza; 3. Deliberação e aprovação de abertura do edital do Bar da Piscina para empresas alheias ao condomínio, devido à ausência de propostas de moradores; 4. Deliberação e aprovação de novo parquinho para o condomínio com verba do fundo de reserva; 5. Deliberação e aprovação acerca da destinação das bicicletas que não foram recadastradas pelos condôminos; 6. Deliberação e aprovação de implementação de lavanderia no condomínio; 7. Deliberação e aprovação de contratação de empresa especializada para implantação, operação e manutenção de sistema de carregamento de veículos elétricos; 8. Deliberação e aprovação de contratação de empresa de energia livre para redução das contas de luz do condomínio; 9. Esclarecimentos acerca da utilização do Fundo de Reserva do Bloco 2 para pagamento do conserto de elevador.** Para votação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (Artigo 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (Parágrafo 2º do art. 654 do Código Civil). Os condôminos poderão se fazer representar por procurações públicas ou particulares, desde que com a firma dos outorgantes devidamente reconhecidas, sendo certo que na hipótese de que os outorgantes apresentem candidatura dos outorgantes para ocupação a algum cargo eletivo, deverá constar na procuração poderes para votar e ser votado, sem o que as candidaturas não serão aceitas. Nos casos de procurações digitais, as mesmas deverão ser assinadas com certificação digital, ou pelo ICP-Brasil, ou autenticação por cartório eletrônico ou reconhecimento por plataformas específicas, sem os quais não serão validadas para os fins a que se destinam, sendo certo que seu acatamento caberá ao presidente da mesa dos trabalhos assembleares, responsabilizando-se o outorgado por sua autenticidade. Cabe ressaltar que é de responsabilidade do proprietário da unidade autônoma, manter o cadastro atualizado junto à administradora. Desta forma, favor verificar se os dados da sua propriedade encontram-se atualizados e, no caso de haver mais de um proprietário, se ambos constam devidamente cadastrados.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2026.
PROTEL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA.
Alfredo Lopes de Souza Júnior – Diretor

SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.
CNPJ/MF nº 33.386.210/0001-19
NIRE nº 3.330.013.730-1
Companhia Aberta
ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
EDITAL DE CONVOCÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.** (“Companhia”) a se reunirem no dia 29 de maio de 2026, às 09:30 horas, em **segunda convocação**, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 6.404/1976 (“LSA”) e no artigo 11 da Resolução CVM nº 232/2025 (“RCVM 232”), em **Assembleia Especial de Titulares de Ações em Circulação** (“Assembleia”), a ser realizada na sede social da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., na Rua Voluntários da Pátria, nº 45, 8º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a concessão de anuência para que a Companhia seja classificada como “Companhia de Menor Porte” (“CMP”), nos termos do artigo 11, caput e § 1º, inciso II, da RCVM 232, com a consequente integração da Companhia ao regime de Facilitação do Acesso a Capital e de Incentivos a Listagens – FÁCIL, ficando desde já autorizada a administração da Companhia a: (a) adotar todas as providências necessárias à implementação da referida classificação perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”) e a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), conforme aplicável; e (b) praticar todos os atos, firmar documentos, declarações e requerimentos que se mostrem necessários ou convenientes para dar pleno cumprimento às deliberações aprovadas nesta Assembleia. **Informações Gerais:** 1. Para os fins da RCVM 232, a classificação da Companhia como CMP depende de deliberação favorável da maioria dos titulares de ações em circulação presentes na Assembleia. Consideraram-se “ações em circulação”, para esse fim, nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução CVM nº 81/2022 (“RCVM 81”), todas as ações de emissão da Companhia, excetuadas aquelas de titularidade do controlador, de pessoas a ele vinculadas, dos administradores da Companhia e aquelas mantidas em tesouraria. Considera-se “pessoa vinculada” qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos que atue representando o mesmo interesse da pessoa ou entidade à qual se vincule; 2. Na presente data, a Companhia não possui valores mobiliários representativos de dívida em circulação, razão pela qual não se aplica a exigência de obtenção de anuência dos respectivos titulares, prevista no art. 11, § 3º, da RCVM 232; 3. Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram nos termos do item 1 acima, para os fins do art. 10 da RCVM 81, que os documentos relacionados a este Edital se encontram, na presente data, à disposição na sede Companhia, bem como nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia <https://www.sondotecnica.com.br/sobre-nos/relacaocom-investidores/>; 4. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, além do documento de identidade, conforme o caso: a) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; b) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. 5. A Companhia adotará o voto à distância na realização da Assembleia, nos termos da RCVM 81, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Unibanco S.A., ou diretamente à Companhia. Os acionistas que optarem por remeter o boletim de voto à distância (“BVD”) diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até 25/05/2026, para o endereço eletrônico ri@sondotecnica.com.br, rubricadas e assinadas em formato PDF do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o envio das vias físicas. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário. 6. A Companhia considerará válidas as instruções de voto recebidas por meio do respectivo BVD, originalmente indicadas para a primeira convocação, uma vez que a instalação da Assembleia, em segunda convocação, não ultrapassará 30 (trinta) dias da data em que a Assembleia em primeira convocação seria realizada, nos termos do artigo 49, parágrafo único, da RCVM 81. Caso o acionista deseje alterar as instruções de voto previamente enviadas, deverá encaminhar novo BVD, observado o procedimento e os prazos previstos neste edital, hipótese em que o novo BVD substituirá integralmente o anterior. 7. Os acionistas poderão obter todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como modelo de procuração, mediante solicitação através do e-mail ri@sondotecnica.com.br.
Rio de Janeiro, 21 de maio de 2026.
Daniel Bergman
Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CONVOCÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EM 06/06/2026
REVIGORE LIFE COOPERATIVA DE TRABALHO LTDA.
CNPJ 35.200.812/0001-65 NIRE 33.4.0005738-4

O presidente da cooperativa convoca os seus cooperados para a AGE presencial que se realizará à Rua do Ouvidor, nº 90, 8º andar no centro da Cidade do Rio de Janeiro, no dia 06.06.2026 às 08h00 em primeira convocação com presença mínima de 2/3 (dois terços) dos cooperados; às 9h00 em segunda convocação com presença mínima de mais da metade dos cooperados, ou às 10h00 com a presença de pelo menos 20% (vinte por cento) dos cooperados para deliberarem sobre a seguinte pauta: **I – Alteração estatutária (mudança de endereço); II – Prestação de contas dos exercícios de 2019 a 2025; III – destinação das sobras e rateio das perdas dos exercícios correspondentes.** Estão aptos a formarem quórum para instalação dessa AGE e suas votações o total de 50 cooperados. Rio de Janeiro, 22 de maio de 2026.
Dario Jorge Nogueira Cardoso - Presidente

EDITAL DE CONVOCÇÃO
DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Sindicato Intermunicipal Dos Servidores, Servidoras Empregadas e Empregados Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro - SINDISEP-RJ, inscrito sob o CNP Nº 29.295.892/0001-87, situado na Rua Visconde de Inhauma, 58 sala 1108, CEP 20091-007, no Centro do Rio de Janeiro-RJ, convoca todos os Servidores, Servidoras, Empregadas e Empregados Públicos Federais regidos pela lei 8.112/90 e da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, dos municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Cabo Frio, Petrópolis e Teresópolis para Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 15 de junho de 2026, em primeira convocação às 18:30hs e em segunda convocação às 19:00hs, em acordo com as disposições estatutárias, na forma presencial, na Rua Visconde de Inhauma 58 sala 401, Centro do Rio de Janeiro-RJ, CEP 20091-007. Para deliberar a seguinte pauta: 1) Informes sobre as eleições no SINDISEP-RJ; 2) Eleição da Comissão Eleitoral, para as eleições da nova diretoria do SINDISEP-RJ, Gestão 2026/2029, que serão realizadas nos dias 18, 19 e 20 de agosto de 2026; 3) Deliberações.
Raul Bittencourt Pedreira
Secretário Geral e de políticas Sindicais do SINDISEP-RJ
Edna Rosa da Silva
Secretária de Administração e |Finanças do SINDISEP-RJ
Diretoria Colegiada do SINDISEP-RJ

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ Nº 33.228.024/0001-51 - NIRE (JUCERJA) Nº 33300031359
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Aos **04 (quatro)** dias do mês de maio do ano de 2026, às 09h00min, reuniram-se por teleconferência, via aplicativo “Microsoft Teams” e/ou outros meios de comunicação, conforme convocação realizada na forma do § 2º, do Artigo 20, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A., DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI (Presidente), FELIPE LEMOS DE MORAES (Vice-Presidente), CELSO HIROO IENAGA, FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA e EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA. Em seguida, o Sr. Presidente fez registrar que todos os membros do Conselho de Administração estavam devidamente conectados, logo presentes, tendo indicado o Conselheiro FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA, para secretariar a reunião. A ata será submetida à aprovação de todos os Conselheiros, cuja aprovação deverá ser formalizada mediante resposta, tudo através de envio por comunicação eletrônica (correio eletrônico), que serão arquivados na Secretaria da Companhia. A ata da reunião será assinada pelo Secretário que ficará investido de poderes para tanto por todos os participantes da reunião, sendo dispensada a assinatura na ata dos demais participantes, para todos os efeitos legais. Todos os Conselheiros aprovaram as proposições preliminares do Sr. Presidente e a indicação do Conselheiro FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA para secretariar a reunião. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente disse que o Conselho estava reunido para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) **“Apreciar e aceitar o Termo de Renúncia apresentado à Companhia pela Diretora sem designação especial, Sra. Nathalia Molina”.** (j) Dando prosseguimento à ordem do dia, os conselheiros aceitaram o Termo de Renúncia, datado de 24/04/2026, apresentado pela Diretora sem designação especial, Sra. Nathalia Molina, recentemente empossada em **07/04/2026**. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos da reunião às 09h30min. A presente ata foi lavrada pelo Sr. Secretário, foi achada conforme, aprovada por todos os conselheiros participantes, por comunicação eletrônica (correio eletrônico) e segue assinada pelo Secretário nomeado para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Presentes: DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI (Conselho de Administração - Presidente), FELIPE LEMOS DE MORAES (Conselho de Administração - Vice-Presidente), CELSO HIROO IENAGA (Conselho de Administração), FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA (Conselho de Administração) e EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA (Conselho de Administração). FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA - Membro do Conselho de Administração - Secretário. JUCERJA nº 7771400 em 14/05/2026.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

FUP: país amorteceu crise internacional de combustíveis graças à Petrobras estatal

Capacidade de refino também pesou a favor do Brasil

Durante audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, Deyvid Bacelar, especialista em óleo, gás e energia, afirmou que a capacidade nacional de produção e refino, aliada ao papel estratégico da Petrobras, foi fundamental para reduzir os impactos da crise internacional dos combustíveis sobre a população brasileira.

Segundo os dados apresentados por Bacelar, enquanto países como EUA e Canadá registraram aumentos superiores a 30% nos

preços da gasolina e do diesel, o Brasil teve impactos mais moderados, com alta de 6% na gasolina e 17,7% no diesel.

“Os dados mostram que o Brasil só conseguiu amortecer os efeitos da crise internacional dos combustíveis porque ainda mantém capacidade de produção, refino e uma Petrobras estatal atuando como instrumento de proteção do mercado interno. Onde houve maior dependência externa e ausência de controle público, os impactos foram muito mais severos para a população”, afirmou.

Durante a audiência, Deyvid Bacelar também alertou para os impactos da venda de ativos estratégicos da Petrobras e defendeu a necessidade de fortalecer a soberania energética nacional.

“Energia não pode ser tratada apenas como mercadoria. Quando o país abre mão de refinarias, da distribuição e de setores estratégicos da cadeia do petróleo, perde capacidade de proteger sua economia, controlar preços e garantir segurança energética”, pontua Bacelar, lembrando que defender uma Petrobras pública e in-

tegrada, do poço ao posto, é defender a soberania nacional.

“É fundamental a reestatização das refinarias privatizadas, como a antiga Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, e a Refinaria da Amazônia (Ream), no Amazonas, além da BR Distribuidora e da Liquegás, para que a redução dos preços chegue de fato ao consumidor final, impactando não apenas os combustíveis, mas toda a cadeia alimentícia e outros setores diretamente afetados pelo custo da energia”, finaliza.

Federal Reserve tem novo presidente

Kevin Warsh compareceu nesta sexta-feira à Casa Branca para tomar posse como presidente do Federal Reserve, em cerimônia presidida por Donald Trump, na qual o presidente norte-americano pediu que seu desempenho fosse “totalmente independente”.

“Quero que Kevin seja totalmente independente. Quero que ele seja independente e que simplesmente faça um excelente trabalho. Não olhe para mim. Não olhe para ninguém. Simplesmente faça o seu trabalho e faça um excelente trabalho”. A afirmação de Trump ocorreu durante o evento, quando também destacou que, embora War-

sh queira conter a inflação, ele não busca “conter a grandeza”, como, segundo o presidente, alguns de seus antecessores no cargo de “guardião do dólar” tentaram fazer.

Warsh prometeu seguir o duplo mandato do Banco Central, promover a estabilidade de preços e o pleno emprego, embora o líder do Fed tenha assinalado que “quando perseguimos esses objetivos com sabedoria, clareza, independência e determinação, a inflação pode ser menor e o crescimento mais sólido”.

“Embora esteja ciente dos desafios que enfrentamos, acredite, senhor presidente, estes anos podem trazer uma prosperidade

sem precedentes que elevará o nível de vida dos americanos, e o Federal Reserve tem muito a ver com isso”, afirmou Kevin Warsh.

Segundo a Europa Press, o presidente do Fed deverá enfrentar a primeira reunião do instituto emissor no próximo dia 17 de junho, momento em que será revelada a primeira medida sobre taxas na nova etapa que Warsh inicia na Reserva Federal.

O recém-nomeado presidente do Banco Central assume o cargo em um momento complicado para a economia norte-americana, sob pressão devido aos efeitos da guerra no Irã, que já se estende por

quase três meses. A inflação lidera a lista de fatores que mais preocupam os analistas diante da possibilidade de que um prolongamento do conflito no Oriente Médio provoque um aumento sustentado dos preços ao longo do tempo.

O último dado de inflação nos EUA ficou em 3,8%, o maior nível em quase três anos, contra 3,3% em março e 2,4% registrados em fevereiro, refletindo uma tendência de alta dos preços, influenciada sobretudo pela pressão dos mercados petrolíferos em decorrência do fechamento do Estreito de Ormuz, que reduziu o abastecimento mundial de petróleo bruto.

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ Nº 33.228.024/0001-51 - NIRE (JUCERJA) Nº 33300031359

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 04 (quatro) dias do mês de maio do ano de 2026, às 10h00min, reuniram-se por teleconferência, via aplicativo “Microsoft Teams” e/ou outros meios de comunicação, conforme convocação realizada na forma do § 2º, do Artigo 20, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A., DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI (Presidente), FELIPE LEMOS DE MORAES (Vice-Presidente), CELSO HIROO IENAGA, FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA e EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA. Em seguida, o Sr. Presidente fez registrar que todos os membros do Conselho de Administração estavam devidamente conectados, logo presentes, tendo indicado o Conselheiro FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA, para secretariar a reunião. A ata será submetida à aprovação de todos os Conselheiros, cuja aprovação deverá ser formalizada mediante resposta, tudo através de envio por comunicação eletrônica (correio eletrônico), que serão arquivados na Secretaria da Companhia. A ata da reunião será assinada pelo Secretário que ficará investido de poderes para tanto por todos os participantes da reunião, sendo dispensada a assinatura na ata dos demais participantes, para todos os efeitos legais. Todos os Conselheiros aprovaram as proposições preliminares do Sr. Presidente e a indicação do Conselheiro FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA para secretariar a reunião. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente disse que o Conselho estava reunido para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) “Eleição dos membros da Diretoria da Companhia para o mandato de 2026/2027”. Dando prosseguimento à ordem do dia, foi aprovada, por unanimidade, a eleição dos membros da Diretoria da Companhia para um mandato de 12 (doze) meses, com início em 04 (quatro) de maio de 2026, estendendo-se até a próxima eleição ou reeleição da Diretoria, a ser realizada dentro de 5 (cinco) dias úteis seguidamente à realização da Assembleia Geral Ordinária de 2027, a saber: a) reeleito para o cargo de Diretor-Presidente: Fernando Mauricio Araujo Guimarães, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, portador da identidade 634528038 - SSP/SP, CPF sob o nº 710.157.367-34, com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo nº 200, 19º andar, Flamengo, CEP: 22.210-901; b) reeleito para o cargo de Diretor sem designação especial, sendo atribuídas, de forma não estatutária, as funções de Vice-Presidente, bem como a responsabilidade pela gestão administrativa e financeira da Companhia, como também, a de relação com investidores (DRI), em atendimento às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leandro Cardoso Massa, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da identidade do CREA/RJ nº 2004108723, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.151.267-19, com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo nº 200, 19º andar, Flamengo, CEP: 22210-901; c) reeleito para o cargo de Diretor Operacional das filiais no Estado de Minas Gerais: Anderson Wagner da Silva, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Administrador, portador da identidade M-4.326.056 da SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 631.982.236-87, com endereço comercial na Rodovia Fernão Dias - BR 381, Riacho das Pedras, CEP 32280-680, d) reeleito para o cargo de Diretor Operacional das filiais no Estado do Rio de Janeiro: Paulo Cesar Gomes, brasileiro, casado, administrador, portador da identidade do SSP/SP nº 19.187.032-8, CPF nº 107.909.238-23, com endereço comercial na Rodovia Presidente Dutra, 2351 - Oficina, Parque Columbia - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21535-501; e) reeleito para o cargo de Diretor Operacional das filiais no Estado de São Paulo: Francisco Roberto Carvalho Mota, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da identidade da SSP/SP - RG nº 37.739.706-4, inscrito no CPF sob o nº 251.812.461-68, com endereço comercial na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 114,5 - Nova Veneza, CEP: 13.177-901; f) reeleito para o cargo de Diretor Operacional das filiais nos Estados do Pará e Amapá: Glaycon Xavier Dias, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do passaporte/RJ FMS08162, CPF nº 028.711.626-38, com endereço comercial na Rodovia BR 316, Km 11, nº 2807-A, Bairro São João, Marituba, Estado do Pará, CEP: 67200-000, e g) reeleita para o cargo de Diretora sem designação especial, Fernanda Moraes de Carvalho, brasileira, casada, bacharel em marketing, portadora da identidade do SSP/SP nº 25.086.324-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 135.276.618-32, com endereço comercial na Rodovia Anhanguera, Km 114,5 - Nova Veneza, Sumaré/SP, CEP: 13177.901. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos da reunião às 10h30min. A presente ata foi lavrada pelo Sr. Secretário, foi achada conforme, aprovada por todos os conselheiros participantes, por comunicação eletrônica (correio eletrônico) e segue assinada pelo Secretário nomeado para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Presentes: DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI (Conselho de Administração - Presidente), FELIPE LEMOS DE MORAES (Conselho de Administração - Vice-Presidente), CELSO HIROO IENAGA (Conselho de Administração), FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA (Conselho de Administração) e EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA (Conselho de Administração). FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA - Membro do Conselho de Administração - Secretário. JUCERJA nº 7770753 em 14/05/2026.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

artplan		ARTPLAN COMUNICAÇÃO S.A.				CNPJ 33.673.286/0001-25	
Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sª as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2024. A Sociedade manteve seu crescimento orgânico, adaptando-se rapidamente ao cenário econômico, realizando novos investimentos em novas linhas de negócios. Tivemos um aumento em 19% o valor de sua Receita Líquida. O resultado atingido está de acordo com o regime de competência, as despesas e receitas refletem a realidade operacional e financeira da Cia, com grande investimento em novos clientes. A DIRETORIA agradece a todos os colaboradores, fornecedores e clientes pela parceria que resultou na performance do exercício. Artplan Comunicação S.A. - Grupo Dreamers.							
Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)							
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	31/12/2025	31/12/2024		
Ativo Circulante			Passivo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	16.725	3.440	Fornecedores	138.265	165.831		
Contas a receber de clientes	167.391	170.730	Empréstimos e financiamentos	63.817	53.608		
Adiantamentos	22.518	25.779	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.123	1.795		
Outras contas a receber	15.047	16.328	Obrigações tributárias	12.186	4.969		
Impostos a recuperar	14.623	7.401	Adiantamentos de clientes	4.686	-		
Despesas antecipadas	1.356	972	Dividendos a pagar	2.122	-		
Partes relacionadas	153.896	79.581	Total do Passivo Circulante	224.199	226.203		
Total do Ativo Circulante	391.556	304.231	Passivo Não Circulante				
Ativo Não Circulante			Empréstimos e financiamentos	57.370	49.813		
Aplicações financeiras a longo prazo	8.074	6.578	Partes relacionadas	94.116	38.333		
Depósito judicial	164	164	Outras obrigações a longo prazo	-	584		
Adiantamento para futura capitalização	5.595	5.580	Total do Passivo Circulante	151.486	88.730		
Outros ativos não circulantes com partes relacionadas	3.085	3.085	Patrimônio Líquido				
Investimentos	16.423	16.431	Capital social	23.601	23.601		
Imobilizado	11.932	14.668	Reserva legal	4.720	4.720		
Intangível	56	75	Reserva de lucro	6.617	6.617		
Total do Ativo Não Circulante	45.329	46.581	Lucros acumulados	26.262	941		
(=) Total Ativo	436.885	350.812	Total do Patrimônio Social	61.200	35.879		
			(=) Total Passivo	436.885	350.812		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)							
	Capital social	Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucro	Dividendos Porpostos	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.601	4.720	-	-	-	28.321	
Ajustes retrospectivos	-	-	-	-	(2.989)	(2.989)	
Saldos em 1 de janeiro de 2024	23.601	4.720	-	-	(2.989)	25.332	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.811	11.811	
Dividendos sobre o capital próprio - deliberados	-	-	-	-	(1.264)	(1.264)	
Dividendos sobre o capital próprio - propostos	-	-	-	941	(941)	-	
Provisão para reserva de lucro	-	-	6.617	-	(6.617)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	23.601	4.720	6.617	941	-	35.879	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.966	27.966	
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(2.645)	(2.645)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	23.601	4.720	6.617	941	25.321	61.200	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras							
Nota 1: A Artplan é uma agência de publicidade independente fundada em 04/08/1967 e conta com escritórios em Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Faz parte do do Grupo Dreamers. Nota 2: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. Nota 3: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$). O real é a moeda funcional e a principal moeda do ambiente econômico em que a companhia opera. Nota 4: Foram considerados como caixa ou equivalente de caixa as disponibilidades e os instrumentos financeiros altamente líquidos, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Nota 5: A companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. Nota 6: Imobilizado:							
	Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	2025	2024		
Imóveis	4%	3.672	-2.627	1.045	1.192		
Equipamentos Eletrônicos	20%	11.240	-7.943	3.297	3.744		
Móveis e Utensílios	10%	5.692	-5.341	351	427		
Veículos	20%	2.585	-2.063	522	795		
Benefitórias em Imóveis Terc.	20%	23.083	-16.366	6.717	8.510		
Total		46.272	-34.340	11.932	14.668		
Nota 7: Investimentos: Os investimentos se relevantes são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais pelo custo de aquisição corrigido e deduzido das depreciações e amortizações que são calculadas pelo método linear.							
Controlada		4.941	4.941				
Sociedade Com Cota De Participação (a)		11.407	11.407				
Outras Participações		75	83				
		16.423	16.431				
(a) A empresa é sócia ostensiva nas SCP's, Pullse, Dreamers Rock, Monkey Dreamers							
Nota 8: O capital social da sociedade totalmente subscrito e integralizado é composto por 35.044.105 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 0,46 cada.							
Lionel Chulam Representante Legal CPF: 341.356.697-00				Carlos Pierre Gomes de Oliveira Contabilista CRC 095.508/O-3			